

EXTENSIONALIDADE

Prof. Dr. Luiz Síveres

INTRODUÇÃO

A extensionalidade, como um princípio estruturante, potencializa toda a instituição para aquilo que se refere ao instituído e ao instituinte com o objetivo de criar um processo de diálogo e comunicação. Segundo Freire, “o que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo” (1992, p.67). Nesse sentido, a extensionalidade é uma relação dialogal que se faz, preferencialmente, pela escuta, pelo reconhecimento e pela pronúncia, caracterizando a Universidade como uma instituição comunicativa.

Com o propósito de compreender esse princípio, dentre outras possibilidades, é oportuno indicar que a extensionalidade é um estilo de dialogar, um jeito de ser e uma maneira de educar, aspectos que serão apresentados na seqüência, mas que necessitam ser entendidos e praticados de forma articulada e sincronizada.

1. UM ESTILO DE DIALOGAR

A universidade, como um segmento de um complexo sistema de redes, tem a função de estabelecer conexões, assumindo um estilo de dialogar. Num primeiro movimento é toda a organização que se coloca numa atitude de comunicação e tal esforço não se realiza de forma unidirecional, mas de maneira pluridirecional, compreendendo a instituição como uma energia propositiva na complexa realidade social.

Além de comunicar a própria instituição, é necessário que aquilo que a identifica pelos seus valores éticos, pela sua proposta pedagógica e pelo seu compromisso com a educação superior precisa ser comunicado, de modo que vivenciando a extensionalidade, possa expandir os talentos, os conhecimentos e os projetos que são sua razão de ser. Nesse sentido, é oportuno afirmar que faz parte do ato comunicativo o processo indissociável do ensino, pesquisa e extensão, tendo como eixo articulador o sujeito, o processo e a finalidade da educação, que segundo o Art. 205 da Constituição

Federal, visam ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Na realidade contemporânea, diversas são as possibilidades para compreender a extensionalidade como um estilo de dialogar. É adequado indicar, porém, a importância de contribuir para com o sentido da pessoa e da história, pautar o processo educativo como uma ação e reflexão pública e promover possibilidades diferenciadas de experiências educativas. Tais dimensões podem ajudar na efetivação desse procedimento.

Considerando esses aspectos, pode constatar-se que a humanidade vive num estado de ausência de sentido, ou segundo Castoriadis (2009), vive-se numa certa apatia diante do sentido, fato que reflete fortemente numa letargia política e numa situação conformista da história. Por isso que algumas instituições têm a função de vivenciar o sentido como um valor essencial, porque de acordo com Arduini, “o sentido é iluminador. O sentido diz e revela” (2007, p. 66). Com base nessa proposta, a universidade não é a única, mas recai sobre ela parte da responsabilidade para iluminar o sentido da história, da vida e do próprio conhecimento. A extensionalidade tem como uma de suas finalidades, portanto, comunicar valores que potencializam as pessoas e as sociedades para o sentido da vida.

Além dessa comunicação institucional, é adequado propor que se comuniquem, também, as suas mediações aprendentes. Por isso que a extensionalidade tem uma função importante para tornar públicos o ensino, a pesquisa e a extensão por meio da problematização, da transversalidade e da historicidade. O público, segundo Arendt (1999), tem a ver com o comum, sob o aspecto de que tudo o que vem a público possa ser visto e ouvido por todos, bem como, o próprio mundo é comum a todos. Nesse direcionamento é oportuno tornar comum o conhecimento, o processo educativo e o projeto sócio-comunitário como uma condição pública da instituição.

É recomendável, ainda, que os sujeitos acadêmicos possam ampliar as oportunidades de aprendizagem por meio de outras experiências. Santos (2004) propõe uma sociologia baseada em cinco experiências, que ele nomeia de conhecimentos, de desenvolvimento, trabalho e produção, de reconhecimento, de democracia e de

comunicação e de informação. O diferencial dessa proposta é que o experimento não se caracteriza como uma ação suplementar, mas configura-se como um referencial ético, político e pedagógico do conhecimento, da aprendizagem e da responsabilidade social.

Com base no pressuposto de que a extensionalidade, ao configurar-se pelo estilo de dialogar, contribua com o sentido da civilização contemporânea, com o processo público da sua ação e reflexão, bem como a possibilidade de aprender por meio de experiências. Esse princípio constitui-se num “espaço privilegiado da atuação humana na criação/recriação do mundo e das relações das pessoas com ele” (NOGUEIRA, 2001, p. 10). Tal proposta revela o compromisso histórico que a universidade tem para com a realidade social, para com o processo público de criação e sistematização do conhecimento e para com as experiências inovadoras dos sujeitos da aprendizagem.

2. UM JEITO DE SER

As instituições de educação superior, criadas e desenvolvidas a partir da idade média tem em comum o trato com o conhecimento, a aprendizagem e a educação. Porém, cada instituição o fez e o faz a partir de um contexto histórico, de uma realidade social e de um projeto educacional. Diversas poderiam ser as formas reveladoras de uma instituição, mas a identidade, a universalidade e a regionalidade podem ajudar a entender a extensionalidade como um jeito de ser da instituição.

A identidade não é um conceito abstrato e estático que a define, mas uma energia capaz de revelar a essência institucional. Portanto, a sua missão é concebida como uma idéia-força capaz de agregar valor à pessoa humana e à sociedade, que por meio da geração e comunhão do saber podem usufruir de uma qualidade de vida pautada na ética e na verdade.

A universalidade é uma característica inerente à universidade e ao sentido daquilo que se tem por sua missão. Nesse procedimento, a proclamação para constituir-se numa instituição reconhecida revela o potencial para desvendar novos horizontes e navegar por novas fronteiras. Daí a importância por compreender o mundo de forma global, estimular um processo educativo transversal e desencadear ações inovadoras que impactem nas distintas realidades sociais.

A regionalidade, por sua vez, é um dispositivo para inserir a instituição na realidade social, no ambiente cultural e no espaço geográfico regional. Tal posicionamento revela a adesão que a instituição tem para com o espaço circundante, bem como, o reconhecimento local para com a proposta da Universidade, daí a razão de ser comunitária. Nessa relação dialógica é que se propõe ser uma referência específica no desenvolvimento sustentável regional.

Enfim, a identidade, a universalidade e a regionalidade, aspectos que caracterizam a extensionalidade, demonstram a especificidade de ser da Universidade, objetivando promover a condição humana, a ambientação regional e o compromisso social.

3. UM MODO DE APRENDER

A história da universidade, desde o período de sua institucionalização no século XII, vem caracterizando-se como o espaço apropriado do saber. Em alguns momentos, porém, tal relação recaía mais no acesso, em outros na criação e em outros na difusão dos saberes. Todas essas tendências tinham como prioridade contribuir com o processo de aprendizagem e por isso que, segundo Santos, a universidade precisa constituir-se “num ponto privilegiado de encontro entre saberes” (1999, p. 224). Tal encontro manifesta-se, no entanto, entre mestres e discípulos, entre a ciência acadêmica e popular, entre projetos pessoais e coletivos.

Além desses procedimentos, o modo de aprender precisa levar em consideração a indissociabilidade e sob esse argumento, “a extensão bem entendida e bem exercida gera projetos de pesquisa engajada e ilumina e modifica qualquer sala de aula” (VANNUCCHI, 2004, p. 56). Percorrer tais caminhos, portanto, potencializa e amplia as possibilidades de aprendizagem.

A extensionalidade como um princípio estruturante, de acordo com as Diretrizes de Extensão (2009), constitui-se num eixo transversal para as atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa e de extensão, dá continuidade à articulação entre teoria e prática, e promove a integração entre universidade e sociedade para dar um sentido maior ao seu projeto pedagógico como geradora e sistematizadora de conhecimentos.

Considerando a extensionalidade como um modo de aprender, diversas maneiras aprendentes poderiam ser sugeridas, mas é oportuno indicar o espaço, o tempo e o processo de aprendizagem como situações específicas dessa iniciativa.

Portanto, o espaço aprendente, de maneira geral, realiza-se na sala de aula, no laboratório ou na biblioteca por meio de metodologias tradicionais. A universidade, por meio da extensionalidade tem condições para ampliar esses ambientes e modalidades, considerando a contribuição das comunidades locais, das regiões culturais ou das redes sociais como lugares alternativos, complementares e amplificadores do processo de aprendizagem.

Da mesma forma, o tempo formal aprendente acontece dentro de uma matriz curricular ou num período determinado para o desenvolvimento de uma pesquisa. A universidade, por meio da extensionalidade pode ressignificar o tempo e modos lineares e proporcionar momentos alternados de aprendizagem, participando de iniciativas de voluntariado, de estágios ou de projetos de iniciação à extensão.

Ainda, o processo formal aprendente se dá, de maneira geral, por meio do acesso aos conteúdos ou pela busca de novos conhecimentos. A universidade, por meio da extensionalidade, tem condições de promover experiências diferenciadas, contatar realidades distintas e propiciar a participação em projetos sócio-comunitários, contribuindo dessa maneira, com um processo de aprendizagem mais significativo.

A aprendizagem no espaço, no tempo e pelo processo precisa considerar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como, caracterizar a extensionalidade como um modo agregador do procedimento aprendente.

Enfim, o modo de aprender no espaço, no tempo e pelos processos pressupõe desenvolver competências humanas, pedagógicas e profissionais; refletir e atuar de forma transversal por meio de temáticas, projetos ou experiências institucionais; e, promover uma educação que, segundo Arduini “ensina a pensar, a pesquisar, a dialogar, a criar, a viver e conviver” (2007, p. 127). Dessa forma, o modo de aprender revela o jeito de ser e o estilo de comunicar.

CONCLUSÃO

A extensão universitária é compreendida, de forma geral, como a função social da universidade, ou como a maneira específica de fazer ensino e pesquisa, ou a forma supletiva para desenvolver ações institucionais. De forma sutil ou emblemática tais entendimentos não contribuem com a compreensão do princípio da extensionalidade. Nesse sentido que se está propondo que esse princípio seja assumido como um estilo de dialogar, um jeito de ser e um modo de aprender.

Com base nesse princípio, a extensionalidade retoma, segundo Freire (1992), a importância da emancipação dos sujeitos do pensamento, do diálogo entre a subjetividade e objetividade do conhecimento e uma ação transformadora da realidade social. A partir dessa proposta, esse princípio insere-se numa dinâmica antropológica, epistemológica e teleológica.

Assim, a formação de profissionais, a capacitação de cientistas e a habilitação de agentes sociais de forma indissociável, potencializam a instituição para um processo educativo. Nesse caso a extensionalidade é uma atividade, segundo Botomé, “inerente ao processo de produção do conhecimento” (1996, p. 202), enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem.

Enfim, o estilo de comunicar, o jeito de ser e o modo de aprender configuram o princípio da extensionalidade, identificando a Universidade como uma comunidade educacional. Tal comunidade, segundo Vannucchi, “é uma forma intencional de vida” (2004, p. 20) que se manifesta nos sujeitos, nos processos e nos resultados da instituição. Nesse sentido, a comunidade acadêmica é a razão de ser dos seus talentos humanos, do seu projeto pedagógico e dos seus investimentos financeiros. Isso exige uma gestão responsável e colegiada, porque tudo deve ser educativo e todos devem educar e se educar reciprocamente. Esse conjunto de proposições revela, portanto, a importância do princípio estruturante da extensionalidade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARDUINI, Juvenal. *Ética responsável e criativa*. São Paulo: Paulus, 2007.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. *Pesquisa alienada e ensino alienante – o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis, RJ: Vozes; São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos; Caxias do Sul, RS: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1996.

CASTORIADIS, Cornelius. *Janela sobre o caos*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2009.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 10. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

NOGUEIRA, Adriano (org). *Estendendo fronteiras*. A extensão e a pesquisa na formação do educador. Taubaté, SP: Cabral Editora Universitária, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. (Org). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. *Projeto Pedagógico Institucional (PPI)*. Brasília: Universa, 2008.

_____. *Diretrizes de Extensão*. Brasília: mimeo. 2009.

VANNUCCHI, Aldo. *A universidade comunitária*. O que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2004.